Identificação Ideológica e Voto no Brasil

Simon Schwartzman

Comentário na defesa de tese de doutoramento de André Singer, Universidade de São Paulo, maio de 1998.

André Singer nos apresenta uma tese com uma tese, ou seja, como uma proposição específica, que é a que "a identificação ideológica é um dos principais determinantes do voto" no Brasil. Ainda que as ideias que apresente sejam apoiadas muito de perto pelos dados, e que ele não busque interpretar o que encontra mais além do que os dados permitem, acho que se trata de uma tese bastante ambiciosa, apesar de sua aparência tão modesta. Por que o que André nos diz, com todas as precauções, cuidados e ressalvas próprios deste fim de século, é que a antiga idéia marxista de que as pessoas se ordenavam politicamente ao longo de um eixo ideológico, da esquerda para a direita, é ainda verdadeira, e sobrevive a décadas de tentativas de explicar o comportamento eleitoral por outros meios.

Mas o que sobrevive, exatamente? A tese marxista podia ser empiricamente equivocada, mas era uma tese forte e, por isto mesmo, sedutora. A idéia era que as pessoas ocupavam determinadas posições na divisão social do trabalho, que a esta divisão correspondia determinados interesses, e que estes interesses se expressavam em uma ideologia. Os estudos empíricos, tanto no Brasil quanto no exterior, mostram que nada disto se sustenta. As tabelas 4.3A a 4.8A da tese de André mostram não existir nenhuma relação clara entre ideologia (auto-localização na escala esquerda - direita) e educação ou renda. André não encontra, tampouco, relação entre orientação ideológica e qualquer conteúdo mais significativo, exceto um, que discutiremos mais adiante. Ser de esquerda ou de direita não significa ser mais ou menos a favor da participação do Estado na economia, ou na condução das políticas sociais. Na nota de pé de página na p. 28, André cita a Sartori concordando que "os termos esquerda e direita possuem a qualidade de serem caixas vazias, cujo conteúdo pode ser descarregado ou carregado através do tempo". Nas pesquisas eleitorais, as pessoas não se definem espontaneamente como de direita ou de esquerda, ainda que a maioria delas não se negue a definir sua posição neste contínuo quando estimuladas.

O que sobra, então, são duas coisas. Primeiro, um "sentimento" que as pessoas teriam a respeito de uma dimensão latente esquerda - direita, que elas, em geral, dificilmente conseguem explicar; e depois, em termos de conteúdo, o fato de que as pessoas que se definem à esquerda tenderiam a ser mais a favor de uma política participativa, "de baixo para cima", dos que os que se colocam à direita, que tenderiam a preferir soluções "de cima para baixo".

Como conciliar esta coisa tão vazia com a tese, reiterada por André, de que a ideologia seria uma dimensão muito importante, central mesmo, no entendimento dos processos eleitorais, já que ela daria a estrutura

mais permanente da orientação das pessoas (na página 132 André fala de uma "lógica estrutural" e dos "determinantes estruturais do comportamento eleitoral", que explicariam esta ideologia difusa), independentemente de fatores conjunturais e momentâneos como a presença de um Jânio Quadros ou de um Collor, ou de um Plano Cruzado ou Plano Real, que acabariam por decidir as eleições?

Antes de olhar um pouco mais os dados que André nos apresenta, gostaria de comentar que esta idéia de um "sentimento" difuso mas permanente é uma tentativa, de meu ponto de vista infrutífera, de recuperar a noção de "interesse objetivo de classe" que o Marxismo antigo afirmava existir. A classe operária teria este "interesse objetivo" permanente que continuaria a existir mesmo quando os operários de carne e osso não acreditassem nisto (o que justificava, inclusive, o direito da vanguarda de agir em nome dela, apesar de sua alienação). Agora já não falamos de classe, e este "interesse objetivo" estaria reduzido a uma orientação de participação social ativa, mas ainda sinto como que uma sombra da antiga idéia, de que existiria uma racionalidade histórica mais profunda, de que alguma forma se manifestaria no comportamento político através de um "sentimento" difuso e inarticulado. Lembro que, nos anos 70, Fábio Wanderley Reis propôs algo semelhante em seus estudos do comportamento eleitoral, a idéia de que haveria no voto popular uma manifestação de um certa "vontade constitucional" (a expressão não era bem esta, mas era parecida), que se daria também de forma quase inconsciente, e mas que daria ao voto popular, no fundo, uma racionalidade e objetividade que é, me parece, o que se está buscando salvar.

Tenho fortes dúvidas de se este é um bom caminho, e gostaria de mencionar duas maneiras diferentes de entender a questão do voto ideológico. A primeira é uma idéia que está no trabalho clássico de Lipset. *Political Man*, que André usa, mas que ele deixa de lado. Se lembro bem (e confesso que li Lipset há muito tempo, e não voltei a ler), o ponto principal de Lipset não era que as pessoas votavam de acordo com um contínuo esquerda e direita, mas sim que elas variavam muito em sua apreciação e apoio aos valores democráticos, e que isto estava fortemente correlacionado com a educação e a integração das pessoas na sociedade. Lipset não distinguia a esquerda e a direita - ao contrário, as colocava no mesmo saco como autoritárias e antidemocráticas, enquanto que o centro encarnaria os valores mais liberais. Esta idéia coincidia com a do psicólogo social inglês Eysenk, que afirmava haver duas dimensões do voto ideológico, uma indo da esquerda para a direita, referida a temas como participação no Estado ou o papel dos sindicatos, e outra mais ou menos autoritária, uma dimensão de "endurecimento" que estaria associada a preferências por formas mais violentas e intolerantes de exercício de poder, e que teriam um componente psicológico mais acentuado. É fácil ver, pelos dados que André cita a respeito das percepções da esquerda sobre do papel do Estado no Brasil, entre outras, que o contraste entre o meio e os extremos é muito mais significativo, e muito mais interessante, acredito, do que as pequenas diferenças que ele encontra entre os extremos, confirmando, desta forma, as ideias de Lipset e Eysenk.

A outra perspectiva que eu gostaria de mencionar está associada à idéia, conhecida sobretudo a partir dos trabalhos de Robert Dahl, de que a democracia moderna é sobretudo um sistema de poliarquia, e não de democracia no sentido usual desta expressão. Nesta visão, os sistemas políticos abertos (e com muito mais

razão os fechados), não seriam o resultado da expressão da vontade ou do desejo das pessoas, manifestados através de seus sistemas de representação, e sim o resultado da disputa política e eleitoral por grupos e setores da sociedade, que estruturariam as percepções e as atitudes das pessoas. Na forma extrema, estaríamos diante de duas visões radicalmente diferentes a respeito do funcionamento do sistema político. De um lado, os que creem que a política sempre reflete, de alguma forma, os interesses da sociedade; de outro, uma visão digamos maquiavélica, segundo o qual a sociedade estaria sempre, mesmo nos sistemas democráticos mais abertos, sendo manipulada pelas oligarquias. As teorias democráticas modernas, com as quais eu estou de acordo, não aceitam nem um extremo, nem outro. Ninguém acredita mais que os governos sejam construídos "de baixo para cima", mas nem por isto a democracia deixa de existir, sendo definida pela existência de um sistema aberto de disputa pelo poder, com regras do jogo claras e limitações ao abuso do poder. A noção de que a democracia é o "governo do povo, pelo povo e para o povo" é muito útil como legitimação dos regimes democráticos e como freio para as tentativas de fechar ou bloquear o sistema de poder em benefício de um grupo determinado, mas não serve como descrição empírica de como os sistemas políticos efetivamente funcionam.

A combinação destas duas visões a respeito do comportamento político leva a uma concepção bastante diferente daquela que subjaze, aparentemente, ao estudo de André. Por um lado, as pessoas formam opiniões e percepções em função de sua maior proximidade, integração ou alienação em relação ao sistema político e suas regras de funcionamento; por outro, suas percepções são estruturadas e condicionadas por grupos organizados - partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, meios de comunicação de massas - que participam da disputa e da definição do contorno dos sistemas políticos.

A estruturação das percepções e orientações a partir dos principais atores políticos é facilmente perceptível quando pensamos, por exemplo, como os sistemas partidários europeus foram constituídos a partir do movimento sindical organizado, por um lado, e por um conjunto de movimentos e organizações de tipo religioso ou regional, por outro. O movimento sindical, por seus líderes, seus programas e suas palavras de ordem, definiam uma "esquerda" que fazia sentido para os eleitores que se identificavam com ela, e também, ainda que por oposição, aos que se colocavam nos demais partidos, geralmente definidos como conservadores ou liberais, ou, em alguns casos, como direitistas, que se opunham tanto às organizações e partidos liberais quanto ao movimento sindical organizado e seus representantes. Com o tempo, estas associações claras entre partidos, sindicatos, igrejas e regiões foram se diluindo, mas o imaginário associado aos partidos políticos tradicionais continuou através do tempo, ainda que de forma cada vez mais tênue e apagada.

Este mesmo processo se deu no Brasil, mas de forma muito mais atenuada. O Partido Comunista, no passado, e o Partido dos Trabalhadores, mais recentemente, e mais recentemente ainda o MST, trataram de constituir uma esquerda política, e difundir um ideário e uma forma de participação que gerou adesões em grupos sociais significativos, e reações e rejeições provavelmente ainda maiores. Quando Collor, no exemplo analisado por André, decide radicalizar a campanha contra Lula em termos ideológicos, a

consequência é que a população passa também a traduzir a disputa política em termos ideológicos. O que estou dizendo, em outros termos, é que a polarização ideológica não é reflexo de uma orientação ideológica latente da população, que creio ser a tese de André, e sim o contrário, que esta orientação ideológica difusa que as pesquisas permitam captar são um resultado da forma pela qual a arena política se organiza e é disputada.

Mas, e os dados que André apresenta (resumidos no quadro 3.3 da página 121) a respeito dos três preditores mais importantes do volto nas eleições de 1994, um de tipo mais circunstancial, a satisfação com o Plano Real, e dois de cunho ideológico, a identificação ideológica e a identidade partidária? Acredito que exista aqui um problema metodológico conhecido, que é o do uso indevido da expressão "preditor" na interpretação de correlações. O fato de que as pessoas que votam em Lula dizem também que se identificam com o PT, não significa que o que explica o voto em Lula é a identificação com o PT, mas pode ser precisamente o inverso - ou seja, eu me identifico com o PT e me defino como de esquerda porque gosto de Lula, ou estou envolvido em movimentos sociais aonde predomina o Partido dos Trabalhadores. O mesmo vale para a identificação ideológica: se a campanha está polarizada em termos ideológicos, e eu vou votar em Collor, é provável que eu me identifique como mais à direita. Para testar se a ideologia ou a preferência partidária permitem realmente "predizer" o voto eu precisaria ter a informação sobre estas preferências ou identificações das pessoas *antes* que o quadro eleitoral estivesse definido, um tipo de informação que não temos no Brasil.

Um último ponto se refere à questão do conteúdo do que seja "a esquerda". André encontra muito pouca coisa aqui. A esquerda é mais igualitária que a direita, um pouco menos favorável ao papel do Estado no comando da economia e da sociedade, e contra a repressão do movimento sindical e das manifestações de rua por tropas ou pela polícia. Este último resultado pareceria óbvio, já que são as esquerdas organizadas, geralmente, que participam das greves e manifestações de rua. Mas André dá uma interpretação ampla a este resultado, afirmando que o que define a esquerda é a busca de reformas sociais de baixo para cima, com participação popular e em desafio à autoridade, enquanto que a direita estaria interessada mais ou menos pelas mesmas reformas, mas através da autoridade do Estado. Esta idéia, apesar de não ter um apoio sólido nos dados, me parece se aproximar da noção de que os movimentos sociais contemporâneos, em suas diversas formas, teriam substituído e ocupado o lugar da antiga esquerda. As ideologias de esquerdas de hoje não seriam mais uma expressão, ainda que difusa, das "características estruturais" da sociedade, mas um amálgama de movimentos sociais participativos que só teriam em comum uma predisposição de desconfiança em relação à autoridade constituída.

Haveria que ver, retomando as antigas ideias de Eysenk e Lipset, em que medida este comportamento não seria expressão da alienação de um grande número de pessoas em relação à ordem constituída, por um lado, e da capacidade de aglutinação e estruturação de formas de participação por parte de movimentos sociais de vários tipos, dos grupos étnicos aos movimentos feministas, dos ambientalistas ao movimento gay, passando por alguns setores do operariado e da burocracia pública sindicalizada. Este é um tema que

merece ser melhor estudado e aprofundado, mas, para isto, não creio que a tentativa de desenterrar as antigas ideias sobre a polarização ideológica da sociedade seja uma contribuição significativa.